Um museu no bojo da reforma

GILBERTO PAIM

Não parece absurda a idéia de se colocar em discussão a hipótese de dois desfechos para a crise social do desemprego e a crise que imobiliza o poder político da República. A primeira pode gerar o desastre da sublevação social, ao passo que a crise política pode ter como desenlace o retorno dos militares ao poder. Neste caso, isto é, no caso de retorno dos militares ao poder, o resultado final poderá ser uma catástrofe traduzida no esfacelamento do país.

Diante de impasses de proporções incomuns, a classe política revela tamanha incompetência, que não é capaz nem mesmo de iludir a opinião pública, dando a impressão de que está à procura de uma saída. Ocorre que a saída está na renovação e a renovação não pode ser aceita pela classe política porque significaria o suicídio de grande parte dos que a representam no Parlamento. A verdade crua é que ela não quer suprimir o mecanismo que faz do Congresso um balcão de negócios. Em maioria, seus membros são inautênticos.

Há uma relação de causa e efeito entre autenticidade e moralidade. O sistema que produza a autenticidade da representação parlamentar será um raticida verdadeiro para roedores do tipo de João Alves, Genebaldo Correia, Cid Carvalho e semelhantes, todos eles gerados no ventre do voto proporcional. Impõe-se, portanto, a reforma do sistema político, a começar pela instituição do voto distrital para encerrar em definitivo a era da representação fraudulenta.

João Alves não teria a mínima possibilidade de se eleger pelo voto distrital, que desenha a situação oposta da que o elegeu e reelegeu sucessivamente. Permito-me sintetizar o que a imprensa descreveu em minúcias. J. A. jamais visitou os municípios que lhe serviam de base eleitoral. Convocava a Salvador, a capital de seu estado, os prefeitos de seu círculo de corrupção e os subornava de acordo com a promessa de votos de cada um.

Urge, pois, colocar o voto distrital no lugar que o voto proporcional ocupa no art. 45 da Constituição. Se permanecer o voto proporcional, J. A. e seus comparsas voltarão ao Congresso nas próximas eleições parlamentares. Dentro de um ano, poucos se lembrarão nos municípios, onde habitualmente compram prefeitos, de que fizeram parte do bando de roedores da Comissão de Orçamento. Se forem agora cassados, outros, semelhantes, ocuparão os seus lugares, trazidos pela cegonha do sistema proporcional.

O voto distrital cria uma barreira intransponível para aventureiros desse tipo. Do contato direto dos candidatos com os eleitores, na eleição por distrito, emerge uma relação específica que subordina o eleito ao eleitorado. No bater de porta em porta em busca do voto de pessoas conhecidas há uma efetiva transferência do poder do representante para os representados. Assim, os deputados acordam para a realidade de que o poder efetivo pertence aos votantes. A busca dos votos concentrados no distrito desenvolve um olho no olho de que resulta a escolha dos autênticos.

Quando se discute a instituição do voto por distrito, há quem procure uma escapatória ao insinuar a necessidade do sistema distrital misto. Metade dos deputados seria eleita por distrito e metade pelo voto proporcional, o voto de João Alves. Se a solução está na reforma do sistema político, cuja espinha dorsal é a representação dos partidos no Parlamento, a procura de uma verdadeira saída para a crise exclui de modo terminante essa mistura de água filtrada com água de charco. O sistema que serve de cabeça-de-ponte para a reforma é o modelo anglo-americano, segundo o qual nenhum deputado se elege com votos de fora do distrito. Se os militares, conhecendo de perto as mazelas do sistema, abandonarem o mutismo em favor da mudança, será ouvida com interesse a sua voz e aplaudido o seu apoio.

Durante os trabalhos da Constituinte, não prosperou a idéia da substituição do voto proporcional pelo voto distrital. Mas em círculos restritos chegou a ser debatido um estudo do professor Luiz Nery da Costa, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que dividia o país em 487 distritos eleitorais. Esse estudo continua atual.

Instituído o voto distrital, surgirá uma atmosfera favorável à expansão dos grandes partidos e inóspita para os pequenos, que infestam o panorama político. Será esse outro subproduto importante da reforma.

Mas, ao lado da prioridade para o combate à inflação, que fomenta o enriquecimento de privilegiados e o desespero das multidões, coloca-se na pauta dos problemas nacionais de primeira grandeza a solução heróica da volta da Capital federal para o Rio de Janeiro. O empresariado de São Paulo e estados da Região Sul não se opõe a esse retorno.

Como centro administrativo do país, Brasília funcionou enquanto esteve vivificada pela tecnocracia formada no Rio e para lá transferida com sua notável experiência. Durante dois decênios, os empresários que tinham assuntos a tratar na Nova Capital encontravam ali interlocutores competentes, que foram aos poucos se aposentando. Acabaram todos cedendo lugar a pessoas importadas de regiões onde impera a mentalidade típica da economia agrária subdesenvolvida.

Brasília não pode competir com o Rio na formação de administradores de alto nível. A cidade de São Sebastião sabe gerar e atrair talentos, o que sempre demonstrou ao longo de sua existência como sede do Governo colonial, município da Corte e Distrito Federal. Ao deixar de ser o túmulo da Nação, Brasília há de merecer o belo título de Museu da República.

Gilberto Paim é jornalista.